

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS INOVADORAS NA GRADUAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

EUDÓCIA DE FÁTIMA DE CASTRO

A CONTRIBUIÇÃO DA LEI 10.639/03 NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS  
EDUCADORES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA

CURITIBA

2015

EUDÓCIA DE FÁTIMA DE CASTRO

A CONTRIBUIÇÃO DA LEI 10.639/03 NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS  
EDUCADORES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA

Trabalho apresentado como requisito parcial  
à conclusão do Curso de Especialização em  
Educação das Relações Étnico-Raciais –  
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros –  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Paixão da  
Rocha

CURITIBA

2015

Agradeço primeiro a Deus por estar ao meu lado em todos os momentos, aos meus familiares que me deram força e coragem para realizar essa tarefa. A contribuição dos professores em ampliar os meus conhecimentos sobre a minha própria história. Aos amigos que me incentivaram nos momentos que pensei em desistir e a todos e todas que contribuíram para enriquecer a história da população negra brasileira.

## RESUMO

Considerando a dificuldade encontrada pelo povo negro de acesso ao conhecimento formal, o presente trabalho, tem por objetivo conhecer os momentos de exclusão presenciada pelo afrobrasileiro no processo educativo brasileiro durante a escravidão e após a abolição da escravatura para atingir sua ascensão social, ao mesmo tempo resgatar a participação do movimento social negro nos avanços com a educação brasileira em busca de direitos no combate ao preconceito, bem como suas lutas a favor de uma educação de qualidade. Assim reforça-se a necessidade de uma lei que confere maior especificidade ao ensino de História e Cultura da África e dos afrodescendentes despertando nos educandos a valorização cultural em nosso país. Através de pesquisa qualitativa, foi possível a coleta de dados que possibilitou um melhor entendimento da discrepância social enfrentada pela população negra. Em outro momento o trabalho faz um relato da formação dos professores relativa ao ensino dos conteúdos de história e cultura afro-brasileiras, como requisito importante para a realização do trabalho pedagógico. Assim a Lei 10.639/03 assegura os alunos afrodescendentes desmistificar significados depreciativos a sua origem criada sobre os aspectos físicos e culturais da população negra.

**Palavras – chaves:** Histórico da educação afro-brasileiro, Lei 10639/03, formação continuada.

## **SUMMARY**

Considering the difficulty faced by black people access to formal knowledge, the present study aims to understand the exclusion moments witnessed by Afro-Brazilian in the Brazilian educational process during slavery and after the abolition of slavery to achieve their social advancement, at the same time rescue the participation of the black social movement in progress with the Brazilian education for rights in the fight against prejudice and their struggles in favor of a quality education. It reinforces the need for a law that provides greater specificity to the teaching of history and African culture and African descent awakening in students the cultural appreciation of our country. Through qualitative research, data collection was possible that enabled a better understanding of the social gap faced by black people. At another time the work is an account of the training of teachers on the teaching of history content and african-Brazilian culture, as an important prerequisite for the realization of the pedagogical work. Thus the Law 10.639 / 03 ensures the Afro-descendant students demystify derogatory meanings its origin created on the physical and cultural aspects of the black population.

Key - words: History of african-Brazilian education, Law 10639/03, continuing education.

## SUMARIO

### RESUMO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 HISTÓRICO EDUCACIONAL DO NEGRO NO BRASIL.....	9
2.1 A Lei 10.639 no Contexto Escolar.....	18
2.2 A LDB e a Formação Continuada do Professor.....	27
2.3 O Papel Social da Educação.....	32
2.4 Análises de Dados.....	38
3 CONSIDERAÇÃO FINAL.....	44
4-REFERENCIA.....	46
ANEXO.....	48

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando alguns agravantes que envolvem a educação destinada aos afrodescendentes, o presente estudo teve como objetivo principal verificar se a história afro-brasileira e a legislação 10639/03 são de conhecimento dos professores. Portanto, durante a investigação nota-se que a dificuldade do negro ingressar nos espaços educacionais acontece por diversos motivos. A sua condição de ex-escravos permite fazer uma reflexão da dificuldade herdada pelo sistema opressor. Neste sentido, ao observar a trajetória educacional destinado ao povo negro em diferentes épocas e contextos, depara-se com as iniciativas dos movimentos sociais voltadas a elaboração de uma legislação que ajude reverter os efeitos danosos causados pelo preconceito racial, que muitas vezes dificulta o negro freqüentar ambientes pré-destinados aos brancos, principalmente nas escolas.

Cabe acrescentar que a formação continuada dos profissionais da educação, é exigida por lei e fundamental para o ensino das relações étnico-raciais, em meio à prática em sala de aula. Neste caso, o domínio dos conteúdos de história e culturas afro-brasileiras pelos professores possibilita uma melhor relação com o saber, a fim de verificar o posicionamento educacional destinado aos negros. Nessas condições a lei 10639-03 desconstrói alguns tabus e ideias incorporados na sociedade responsáveis pela exclusão da população negra aos bens produzidos na sociedade brasileira. Atualmente, a utilização da lei 10639-03 no contexto escolar oferece à criança o respeito mútuo as diversidades culturais, religiosas e políticas de uma região. É de suma importância que seja devolvida ao estudante negro sua valorização pessoal despertando o interesse por novas conquistas e a reintegração social tão almejada.

Com a finalidade de promover uma conscientização sobre a condição da população afro-brasileira e sua contribuição cultural, e socioeconômica a educação escolar vem mudando o seu papel. Se antes era uma educação voltada aos interesses sócio-políticos de uma determinada classe social “a elite brasileira”, hoje a educação tem que atender a todos de forma igualitária,

incluindo instrumentos para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Tendo ciência da importância da formação continuada dos professores, esse estudo buscou-se entender de que forma às escolas do Ensino Fundamental I pública em São José dos Pinhais executam o que determina a lei 10639/03 no cotidiano da prática escolar?

Entra em questão, a imagem que a população brasileira faz da intervenção cultural africana em nosso território, onde despertou a necessidade de uma pesquisa, que ajude a entender a inserção de uma lei em diferentes deslocamentos de tempo e lugar, assim devolver para a sociedade a história de um povo e sua contribuição cultural. Nesse sentido entende-se que uma lei com quase uma década de existência encontra diferentes lacunas, revelando a omissão dos direitos dirigidos aos negros. De todo modo os direitos legalmente constituídos por leis, estão sendo continuamente deslocadas nesse caso subentende a formação continuada uma necessidade universal.

## 2 HISTÓRICO EDUCACIONAL DO NEGRO NO BRASIL

Para mencionar os fatores que contribuíram na educação do negro africano no Brasil precisa-se de uma breve investigação histórica, que contemple esses momentos. A esse respeito Rocha acrescenta que “Para além da justificação, durante a escravidão, religiosos se aprofundam em sermões e publicações sobre métodos de administração dos escravos” (Rocha et al, 2011, p. 38). Assim como Rocha reconhecemos que nos primeiros métodos educacionais prevalecia uma educação com base na domesticação visando ganhos financeiros. No período colonial o escravo negro era visto como mercadoria, e para justificar os momentos de perseguição e maltrato, os escravizadores reforçavam a situação de seres sem religião e pessoas inferiores a outros povos, criando no imaginário da população a superioridade dos brancos. Segundo Silva e Araujo:

A população escrava era impedida de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos cidadãos brasileiros – automaticamente esta legislação (art. 6, item 1 da constituição de 1824) coibia o ingresso da população negra escrava, que era, em larga escala, africana de nascimento. (SILVA, ARAÚJO et al, 2005, p. 68)

Conforme os autores, o contexto educacional dos negros as leis possuíam uma única finalidade, proibir a presença de escravos na educação formal. Essas leis geralmente intimidavam a população, que era em grande quantidade de escravos africanos e de seus descendentes. A matéria política naquele tempo, não se atribuía o status de cidadãos ao cidadão de cor, assim à medida que iam surgindo os espaços para a educação da população negra as dificuldades tornavam-se mais evidentes, pois ao prevalecer os critérios de cor ou raça como triste legado da escravidão, o acesso de escravos a cultura letrada representava uma ameaça à ordem escravista, perpetuando sobre tudo a opinião da elite dominante.

Lamentavelmente o histórico educacional da população negra está permeado de fatos que retratam uma educação eurocêntrica, ou seja, a formação da identidade nacional esta intimamente relacionada ao branco europeu como padrão ideal de sociedade, fazendo necessária uma reflexão da participação do povo africano no Brasil, no que tange o sistema educacional.

Em que maneira iria acontecer estas implicações relativas entre a escravidão e a educação. Continuando com Silva, Araújo:

a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este em universal ou específico. (Silva, Araújo, 2005, p.71)

Segundo o autor, as exigências que ocorriam na educação desfavoreciam a população negra, prevalecendo a precariedade por falta de investimentos governamental, essa posição afetaria a educação tornando evidente que os senhores não estavam dispostos a assumir tal compromisso com a população, confirmando que a propostas educacionais destinadas aos africanos não atingiam suas necessidades básicas.

No Brasil a sociedade escravocrata constituiu-se com base na raça e classe, legitimando as posições hierárquicas, por isso não é difícil constatar os momentos de torturas presenciados pelos negros para adquirir formação intelectual até então destinada aos brancos ou negros provenientes de alguns recursos. Somente em alguns casos a educação que acontecia no reduto dos senhores escravocratas favorecia uma pequena parcela da população negra, que eram instruídos a adquirir alguma formação onde prevaleciam os interesses dos escravocratas. Segundo Silva e Araújo:

Respeito à educação informal, que poderia acontecer tanto no meio rural, como no meio urbano por meio da observação silenciosa das aulas das sinhás-moças e da instrução religiosa dos padres, entre outras situações improvisadas. (SILVA, ARAUJO et al, p 69, 2005).

Nesse caso, alguns escravos protegidos pelos senhores alcançaram privilégios, que somente uma mínima parcela da população atingiria com o sistema escravocrata, porém sempre preservando a imagem do negro sendo subalterna a dominação dos brancos proibindo-os demonstrar qualquer forma de manifestação durante as aulas, dessa maneira era natural que os negros fossem vistos como objeto passivo da escravidão brasileira. Porém alguns negros escravizados ou libertos reconheceram que diante da instrução atingiriam o reconhecimento social que poucos conseguiriam, uma vez que a

ideologia da dominação fruto da colonização europeia segmentava para uma estrutura social cada vez mais excludente.

Para tanto, usufruir a cidadania após a abolição ou mesmo no período do império, o negro sempre em desvantagem compreende que a educação formal é um direito social arraigada de infinitas oportunidades. Segundo Cruz:

embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escola; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares.( CRUZ et al, 2005, p. 27).

Contudo, o histórico educacional da população negra, alicerçada em ameaças e proibições não os impediram de valorizar a educação formal como um caminho para combater às injustiças sociais, assim a iniciativa de muitos negros instruídos levou construção de escolas. E por muitas vezes grupos de pessoas inconformados com o meio de sobrevivência dos escravizados colabora com o processo de alfabetização ajudando-os superar a condição de seres inferiores, formando-se uma nova classe de intelectuais. Conforme Santos “A valorização da educação formal foi uma das varias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status” (Santos 2005, p.21) Assim o impacto da participação do negro nas instituições de ensino influência na formação identitária de muitos dos negros que ajudaram a compor a sociedade brasileira, transpondo-se um novo conjunto de relacionamentos sociais.

Vale destacar que a educação para os escravizados, surge com os primeiros quilombos formados no período colonial por negros, que não aceitavam as condições as quais foram submetidos. Segundo Santos:

Desde os primeiros quilombos, formados pelas levas de africanos que aqui chegaram na condição de escravos, até os mais recentes movimentos em que lutam [...] os negros não pararam de lutar e resistir contra a escravidão e as mazela por ela deixada”. (SANTOS et al, 2006, p. 158) .

Como podemos observar as comunidades formadas por escravizados libertos ou fugitivos se fortaleceram lutando contra o sistema conservador. Considerando que a escravatura no Brasil não abria possibilidades concretas para que os negros tivessem acesso à instrução formal, estes reconhecem que

tinham que mobilizar-se e criar meio sobrevivência. Conforme Cruz “Há também registros de uma escola criada pelo negro Cosme, no quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, em Chapadinha, no estado do Maranhão, para ensino da leitura e escrita para os escravos aquilombados” (Cruz, 2005, p.28) Cruz destaca que os primeiros quilombos são formas de resistência ao combate à escravidão, pois ao impulsionar os negros em busca de liberdade e uma vida digna busca na educação escolar força para lutarem contra seus opressores, ainda no período da escravidão. Através das mobilizações criadas pelos escravizados e escravagistas decididos a combater as injustiças, ainda nesse período a educação tenta dar resposta que certamente influenciou a opinião de grande parte da população sobre a péssima condição de vida dos afro-descendentes no Brasil.

Porém existem poucos registros documentais, de escolas que contemplava a participação dos afro-descendentes. Contudo Cruz destaca na opinião de Moraes que algumas escolas que tiveram a presença de crianças negras em seus espaços, conduzindo assim a sociedade a uma nova realidade.

Alguns trabalhos levantaram informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, Criado em Campinas, 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade (Maciel, 1997; Barbosa, 1997; Pereira, 1999); ou aulas públicas oferecidas pelas irmandades de São Benedito até 1821, em São Luiz do Maranhão (Moraes, 1995). (Cruz, 2005, p. 28)

Nota-se a preocupação do negro em obter o conhecimento formal com o surgimento das primeiras escolas, criadas ainda no período colonial para alfabetizar os escravos, que conseqüentemente exerceram fortes influências em diferentes campos do saber intelectual por possuírem conhecimento escolar, em um momento de grande dificuldade.

Desse modo no período da escravidão as restrições subtraíam a presença do afro-brasileiro no cotidiano escolar. Por ser um ambiente de diferentes relações sociais mantinha-se a ordem escravista, ao fortalecer as relações de poder nesses espaços. A esse respeito Silva e Araújo colabora

com o seguinte: “das reformas educacionais dos séc XIX E XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola”. (Silva, Araújo 2005, p. 28) Juntamente com os autores, reconhecer a invisibilidade do afro-descendentes nos banco escolares demonstra que parte das mudanças ocorridas na educação não foi para beneficiar a população negra no país. Onde os negros sempre em desvantagens, para conseguir algum benefício confirma que a abolição marca uma história de lutas e perseguições, mas que infelizmente não obtiveram grandes avanços.

Quando se fala em educação no Brasil, a trajetória enfrentada pelo negro para atingir educação formal respalda em um contexto precário, e diante dos efeitos da discriminação prevalece às barreiras da interdição suprimindo o potencial que o negro possui em se destacar intelectualmente. Onde Cunha JR acrescenta que “A escravidão e a servidão foram formas de trabalho forçado que fizeram tristes e repudiante parte da história da humanidade”.( Cunha Jr, org 2005, p. 250) Considerando os desejos dos senhores a educação dirigida aos afrodescendentes no período colonial e pós-abolição prevalecia a condição de servo, ao desencorajar o negro mantia-os em situação de total desumanidade, onde os povos desprovidos de recursos estavam inseridos, portanto características notórias da inexistência negra no espaço escolar decorre o domínio de uma raça que se sobrepõe a outra utilizando de diversos instrumentos para justificar o sofrimento que a escravidão causava na vida dos negros no Brasil.

Com esse triste legado na história dos afro-brasileiros nota-se que, o ensino popular atingiu uma enorme desigualdade estrutural ao impedir o acesso da população negra em praticamente todos os seguimentos. Continuando com Silva e Araújo:

Em 1854, a reforma de couto Ferraz (decreto 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854) instituía a obrigatoriedade da escola primária para maiores de 07 anos e a gratuidade de escolas primárias e secundárias na corte. Cabe ressaltar, entretanto, dois pontos relevantes nessa lei, que comprovam a ideologia da interdição (SILVA, ARAUJO et al, 2005, p. 68)

Consequentemente, o ingresso do povo negro nos espaços escolares na segunda metade do século XIX, confirma o poder de dominação impregnadas

em leis e decretos uma democratização que só acontecia no papel, impedindo o acesso de negros não naturalizados fortalecendo os comportamentos preconceituosos, produzida pelas relações de poder no Brasil. Considerando a herança da escravidão que acompanhavam os negros a discriminação racial favorecia o acesso da elite preservando assim o status social as quais pertenciam.

Ao criar os obstáculos, ao acesso do povo de origem africana nos espaços escolares, gera-se um profundo sentimento de rejeição na população. Conforme Silva e Araujo (2005,) "Os negros encontravam dificuldades em ingressar nestas escolas, por uma série de fatores que vão do déficit econômico da família negra à discriminação racial engendrada no interior destas escolas". (Silva, Araujo, 2005, p. 72) Conforme os autores as dificuldades enfrentadas por aqueles que insistiam em permanecer nas escolas é o reflexo da pós-abolição, onde os negros foram jogados a própria sorte, sem condições financeiras, e sem ajuda governamental impediu a inclusão do negro para usufruir os benefícios como cidadãos brasileiros.

Desta forma, a construção escolar destinada a população afrodescendente pode ser vista como micro universo social, onde os comportamentos revela-se nas formas que o ser humano tem de relacionar-se com o outro, capaz de fazer da educação um aliado importante para combater o preconceito e o racismo, engendrada no interior das escolas. De acordo com Amorim e Paladino:

No Brasil colonial, a cultura portuguesa do colonizador, a cultura africana e indígena foram os pilares da constituição do caráter brasileiro, ainda que o colonizador europeu, branco, tenha subjugado o negro e o índio e suas culturas.  
(Paladino, Amorim, 2010, p. 11)

Mesmo que ao contrário do imposto pela sociedade, a cultura africana preserva seus significados, que muitas vezes são escondidos entre as regras de sobrevivência intituladas pelos europeus, ao subjugar as outras culturas como inferiores. A escola por ser espaço de demonstração da prática social reforça que as culturas dos brancos a qual pertencia os prestígios de uma sociedade aristocrata impõem valores na intenção de dominar e desencorajar o negro a enfrentar sua dominação. Portanto compreender que a escola tem

deixado de ser somente uma instituição formadora de saberes escolares, começou a ser vista também como um espaço em que se compartilham os valores sociais e culturais. Segundo Cavalleiro:

Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e adolescentes brancos um sentimento de superioridade. (CAVALLEIRO, 2006, p. 32, 33)

Como se pode, observar as medidas educacionais criadas para incluir os alunos negros e brancos no mesmo ambiente gerou muitos conflitos, pois as intervenções sociais estabelecem critérios que prejudicam o acesso do negro na educação formal. Conforme a citação os avanços educacionais para valorizar o aluno negro é um processo lento cujo final não acompanha as necessidades da população negra, e muito menos foram feitas as mudanças necessárias para que o ingresso deles na escola acontecesse de forma tranquila. Conforme Pereira *et al*), conclui-se que “A cultura do racismo na educação alimenta-se do que já é. A ponto de rejeição a mudanças quase se justifica pelo instinto de sobrevivência [...] frente as dificuldade de ensinar (e aprender) a história da África” (Pereira *et al*, 2005, p.14) Nesse caso qualquer tema ligado a cultura africana oferece uma reflexão da ignorância que a sociedade alimenta, coloca o negro em desvantagens a nova ordem econômica após a abolição.

Quando repensa-se a função social da escola e as condições de acesso e permanência da população negra observam-se diversas dificuldades em inserir os conteúdos da história e cultura da África. No entanto, estas não podem ser impeditivo para o ensino de uma história de superação e de busca de reconhecimento. No entanto, as reformas educacionais começam a se preocupar com a escolarização do negro, quando coloca como um dos objetivos a absorção da mão-de-obra dos negros, através do ensino profissionalizante. Conforme Araújo:

Porém as primeiras oportunidades concretas de educação escolar e ascensão da população negra surgem ainda no Estado Republicano, quando o desenvolvimento industrial dos anos finais do século XIX,

impulsiona o ensino popular e o ensino profissionalizante. (ARAUJO et al, 2005, p.73).

Assim, o sistema educacional que ostenta a ideologia de poder que imperou com o sistema escravagista impedindo à participação negra de frequentar a educação formal, começa a mostrar mudanças com o ensino profissional, pois a necessidade de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho começa a despertar novos interesses nos governantes.

Ao entender que a sociedade atravessava um período de grande reforma industrial, o governo reconhece a emergência da reestruturação produtiva. Até então o negro utilizado em larga escala nas fazendas, após a abolição da escravatura precisa desenvolver atividades antes desempenhadas pela população branca. Contudo Silva, Araújo colabora com “O Decreto 7.556 do Presidente Nilo Peçanha, apresentado como um dos objetivos principais a instrução dos filhos dos trabalhadores para a formação de um mercado interno de mão-de-obra qualificada”. (Silva, Araujo, 2005, p.72) Com base na citação, o negro começa a participar da educação formal devido a necessidade de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, onde intelectuais preocupados com os problemas sociais na história nacional desenvolvem leis aproximando-se da necessidade de cada região.

Porém a barreira de impedimento criada na educação brasileira marca um estágio de evolução nada agradável para a industrialização, pois ao construir as imagens estereotipadas do negro impedindo-os de demonstrar suas potencialidades nesses espaços. Com o desenvolvimento industrial a educação destinada a população branca européia que conspirava a favor das leis de impedimento, reconhece-se que a inclusão dos negros na educação profissionalizante contribui com o crescimento econômico do país.

Com a nova ordem econômica, o processo de transição do trabalho escravo para o livre no Brasil se configurava além de absorver a mão-de-obra dos negros, também formar intelectuais para acompanhar processo produtivo. De certa forma, a industrialização abre caminho para a inserção de muitos negros nos bancos escolares, essa integração reivindicava por leis mais severas quanto a qualidade do estudo destinado aos ex-escravos e seus descendentes para incluí-los na esfera social. Assim Romão conclui que:

Aqui não se mede simplesmente o resultado quantitativo do projeto, mas, o da adesão aos movimentos do grupo e das pessoas para derrubar as barreiras da invisibilidade ou dos discursos de naturalização das diferenças e desigualdades raciais (ROMÃO et al, 2005, p. 119).

De acordo com Romão, os movimentos preocupados com a qualidade do ensino em desfigurar o pensamento imposto refazem um novo modelo de comunidade visando à participação do negro ao ingresso profissional. As mudanças educacionais em prol da inclusão dos alunos negros é uma luta incessante, uma vez que as melhorias na educação só acontecem através das políticas de resistência. Conforme Cunha JR (2005, p. 251) “Os movimentos negros persistiam na necessidade e no direito de pelo menos as populações afro-descendentes terem estes conhecimentos”. A participação dos movimentos sociais foi de grande valia, para as autoridades incluir os negros brasileiros no ensino escolar, porém o tratamento precário destinado a população negra torna indiscutível o atraso na educação brasileira, que construída socialmente continuam a beneficiar a elite dominante alimentando o descaso com as outras etnias.

No que se refere a educação destinada ao afro-brasileiro, entre a transição do período colonial e o governo republicano, as iniciativas contemplando a educação formal passa a ser vista como o progresso da nação ao acompanhar o desenvolvimento do ser humano. No entanto as marcas presentes na história da educação brasileira revelam que ainda há muito a ser feito em benefício da população negra no país. Deste modo órgãos preocupado com melhores condições, uni-se aos movimentos na criação de leis que resgate a valorização positiva da identidade negra.

Como se viu torna-se fundamental que se destaque o valor de uma educação de qualidade destinada a todas as classes sociais, porém obriga-nos refletir sobre o papel da sociedade, dos governantes, do poder público e principalmente o papel do professor como mediador das informações, compreendendo que a educação é essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

## 2.1 A Lei 10.639 no Contexto Escolar

Após longo período de reivindicações pelos movimentos sociais negros, em janeiro de 2003 foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a lei 10.639/03 tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em instituições públicas e particulares de ensino da educação básica. Conclui Santos que:

reconhecendo as injustiças e discriminação racial contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996( que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), sancionando a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. (SANTOS et al, 2005, p 32).

Considerando, as injustiças sofridas pelo povo negro a Lei 10.639/03, determina que o professores trabalhem os conteúdos resgatando a história da África que antecede a escravização e não a partir dela. Com a implementação da Lei 10.639/03, a escola possui autonomia para introduzir em seu currículo a contribuição econômica e cultural que fortaleceu o processo civilizatório da humanidade. Neste sentido, a história da África, dos africanos e dos afro-descendentes no Brasil percebida em sua complexidade cultural, começa agora a ser objeto de estudo e constituir matéria específica para ser abordada didática e pedagogicamente em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, da rede pública e particular.

LEI No 10.639 - DE 9 DE JANEIRO DE 2003 - DOU DE 10/1/2003

### Mensagem de veto

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

§ 3o (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182o da Independência e 115o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Como se viu, não podemos mencionar a implementação da lei, sem lembrar que os conteúdos das disciplinas devem agregar informações resgatando a participação do negro no crescimento social, político e econômico no país, e principalmente a valorização do povo africano em nosso continente.

Igualmente reconhecer a data 20 de novembro como marco importante para a população afro-brasileira, ao promover as intervenções sociais na luta contra o racismo e o preconceito, como uma luta permanente que não afeta somente a população negra, mas toda a humanidade.

Como se pode observar a Lei busca inserir novos conteúdos, visando à correção histórica equivocada do negro, assim sendo a lei reconhece que a escola possui argumentos favoráveis para construir as reais mudanças no processo de desmistificação da negatividade da cultura africana. Nesse sentido a alteração da Lei 9394/96, produz um novo conceito de identidade, ao resgatar as multiculturas que ajudou a construir a história de um povo, ao mesmo tempo em que devolve a sociedade sua dignidade. Assim também Silva contribui com o seguinte:

A lei que estabelece obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, também determina, entre outros: a) revisão dos currículos a fim de adequá-los à lei; b) qualificação dos professores e o seu constante aperfeiçoamento pedagógico; c) que a implementação fique a cargo do Poder Executivo. (SANTOS et al, 2005, p. 33).

Contudo, Santos destaca que somente a implementação da Lei não é suficiente para uma mudança concreta na LDB, também recomenda que a

formação seja uma atitude permanente dos professores, de tal modo que influencie na construção de um currículo escolar dinâmico e fundamental na desconstrução de identidades negativas do povo africano, busca estabelecer uma mediação entre o aprimoramento da prática pedagógica e a implantação de ações afirmativas no combate as injustiças. Ao incluir conteúdos que reforce uma educação de qualidade, onde todas as crianças tenham o direito de conhecer sua ancestralidade e assim identificar-se de maneira positiva.

Por sua vez à medida que se possui informação e conhecimento da participação do afro-brasileiro na construção do Brasil, precisa-se buscar elementos culturais significativos em conteúdos, que passe a ocupar as salas de aula e outros espaços de maneira contextualizada, concreta e efetiva tanto no plano social quanto no racial. Continua Santos:

Muitas tribos africanas, antes da invasão dos portugueses e de outros povos europeus, já possuíam uma agricultura avançada; outras possuíam melhor conhecimento de metalúrgica de que os colonizadores. Nas tribos africanas, o trabalho constitui um empreendimento coletivo (SILVA, 1995, p. 43)

Conforme a citação, os conteúdos devem abordar uma temática que garanta aos estudantes conhecer a cultura africana antes da vinda dos negros para o Brasil, e assim valorizar uma cultura milenar e riquíssima que ajudou fortalecer a economia brasileira e contribuiu para o crescimento do país. Os conteúdos devem conter elementos que reforce a participação dos negros em todos os campos de trabalho e contemplar o histórico de lutas e legitimar sua característica social. Portanto a história da África deve ir além dos conteúdos disponibilizados pelos materiais didáticos aos alunos, considerando os poucos recursos disponibilizados em materiais ou por possuírem conteúdos fragmentados da história da África e dos africanos.

É importante ressaltar a Lei Nº 10.639/03, como elemento essencial no processo de construção/reconstrução, conhecimento/reconhecimento e valorização das raízes africanas. Com tudo, Rocha *et al* (2011, p.33) alerta que “sem ingenuidade de colocar na escola toda a responsabilidade da superação do racismo, os defensores da nova legislação entendem que este é um espaço privilegiado de intervenções.” Nesse sentido a escola não é o único meio encontrado para transmitir informações, mas o principal, uma vez que a

educação é o direito de todos os cidadãos à considerar que as crianças permanecem grande parte de sua vida nas escolas, a proposta da Lei é promover a aquisição de conhecimentos tolerante a pluralidade étnica-racial presente no Brasil.

Todavia que os conteúdos presente nos espaços escolares devem estar comprometidos com a mudança do novo paradigma social. Vale ressaltar que a hierarquia racial presente nesses espaços contribui para a implementação da atual Lei Federal nº 10.639/03 nas unidades de ensino público e privado nos níveis fundamental e médio, instituindo a obrigatoriedade, do ensino da História da África e dos africanos. Segundo Santos:

A lei federal, simultaneamente, indica uma certa sensibilidade às reivindicações bem como as pressões históricas dos movimentos negros e anti-racistas brasileiros, como também indica uma certa falta de compromisso vigoroso com sua execução e, principalmente, com sua eficácia. (SANTOS *et al*, 2005, p. 34).

Segundo Santos é possível perceber a falta de interesse governamental em agilizar a implementação da lei, por parecer banal a indiferença como os negros são tratado nos bancos escolares, tornando necessária a participação dos movimentos negros preocupados em legitimar a Lei e garantir uma maior abrangência aos conteúdos, quanto a participação e contribuição do povo negro na História do Brasil. Como se pode observar a educação formada com base no sistema colonizador europeu, que impõe seus costumes e tradições, portanto ignora a contribuição dos negros aos avanços sociais faz a obrigatoriedade da Lei uma exigência.

Neste sentido também se percebe que o resultado obtido com as lutas dos movimentos sociais, por diversas vezes foi alvo de críticas pelo poder público provocando inquietações no sistema escolar. Nesse caso justifica a hipocrisia característica da resistência à nova lei, revelando a necessidade de resgatar os fragmentos da história de um povo. Segundo Cavalleiro:

Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro tem possibilitado ao Estado brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira e valorizar a história e cultura do povo negro (CAVALLEIRO, 2006, p. 19).

(ROCHA *et al*, 2005) Neste sentido, faz-se necessário relembrar alguns momentos importantes que antecederam a aprovação da Lei 10.639/03, não somente a implementação da lei, mas a implementação de ações públicas voltadas para o desenvolvimento humano. Sua efetivação ocorreu com as tentativas das ações da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro que nas décadas de 40 e 50 denunciavam o racismo, e buscaram alternativas para superar as desigualdades que atingiam os negros no campo educacional. Mais recentemente outros marcos que colaboraram com a luta do povo negro fora a Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 e a Conferência de Durban contra o Racismo, Xenofobia e a Intolerância Correlata em 2001, ao reconhecer as injustiças cometidas com a população negra, essas lutas mais recentes ajudaram o Brasil a se reconhecer como o país da diversidade.

No entanto trabalhar as questões raciais no ambiente escolar é uma reivindicação que vem de longa data, às vezes pode parecer repetitivo, mas é necessário falar sempre da importância dos movimentos sociais negros para a aprovação desta lei. E segundo Santos:

Portanto, ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros [...] passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. (SANTOS *et al*, 2005 p. 23).

Considerando as pressões antirracistas legítimas dos movimentos sociais negros, políticos de diversas tendências e em vários estados e municípios brasileiros reconheceram a necessidade de reformular as normas estaduais e municipais que regulam o sistema de ensino brasileiro. Nesse sentido vale lembrar que alguns estados foram pioneiros quanto a implementação da Lei, porém outros estados foram necessário uma indagação quanto a obrigatoriedade de uma lei que beneficiaria grande parcela da população contra as desigualdades raciais.

O termo obrigatoriedade existente na Lei 10639/03, justifica o tempo que a lei levou para ser implementada na LDB, assim as ações efetivas prevê a inclusão de conteúdos significativos a fim de combater a ideologia da inferioridade que envolve a população negra, ao obrigar os professores a reformular seus conteúdos no sentido de desconstruir preconceitos pode desenvolver sentimento de igualdade entre as raças e a superação das desigualdades. Sendo assim, as reivindicações específicas dos movimentos sociais são capazes de desvelar os mitos que justificam a diferenças entre negros e brancos, pois de acordo com a proposta dos movimentos, os mecanismos de comunicação favorecem o debate que envolve a reformulação de novos conceitos, ou seja, aflorar as relações socioculturais, que no geral, são tratadas superficialmente pelo poder público. Como bem pontua Revista Abril:

Para qualquer pessoa se afirmar como ser humano ela tem de conhecer um pouco da sua identidade, das suas origens, da sua história", diz Kabengele Munanga, professor de Sociologia da USP e vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da instituição. No Brasil, os afro-brasileiros representam 51% da população, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2009. A intenção da lei 10.639 é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias por meio de práticas pedagógicas de qualidade, que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional.( ABRIL, 2012,)

Considerando a opinião de Munanga, a luta antirracista reafirma a necessidade de construir uma identidade positiva da população africana e de seus descendentes. Portanto somente a proposta de uma lei consistente permitirá preencher as lacunas causadas pela ignorância da sociedade no que se refere a educação, assim a ação institucional visa a possibilidade de diferentes práticas pedagógicas, que pode apresentar o compromisso com a superação que envolve qualquer atitude preconceituosa.

Em todo caso as medidas compensatórias que tentam amenizar os equívocos causados pelas injustiças sociais e compromete a dignidade da população afro-brasileira em todos os seguimentos, apresentam em sua natureza política os argumentos favoráveis de maneira mais ampla e profunda. Assim Theodoro, Jaccoud *et al* contribui com o seguinte "A interferência de ações afirmativas visa recompor uma situação onde o mérito poderá de fato vir

a ser critério de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade” (Theodoro, Jaccoud *et al* 2005, p. 117) A esse propósito as reformas governamentais ajustam-se para que a lei 10639/03 aprofunde as tão discutidas relações étnico-raciais no espaço escolar, nessas condições as seleções sociais construídas com a intervenção de mentalidade racistas precisam ser interpretadas e transformadas de forma mais ampla. Segundo Rocha: “Para compreender a situação da população negra no país e estabelecer ações para transformá-la, é preciso compreender e superar essa “nevoa ideológica” produzida pelas relações de dominação no Brasil”. (Rocha 2012, p. 37) Nesse sentido a alteração da Lei 9394/96, produz um novo conceito de identidade, ao resgatar identidade e as multiculturas que ajudou a construir a história de um povo, ao mesmo tempo devolver a sociedade sua dignidade. Vale lembrar que a implementação da Lei 10.639/03 permitirá que a população brasileira excluída historicamente encontre na educação o modelo de sociedade, ao tornar os alunos menos reticente a diversidade étnico-racial. Pois de acordo com dados do IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada às diferenças educacionais entre a população branca e a população negra continua evidente em vários momentos:

Os problemas são de graus variados. No ensino fundamental, a diferença entre raças não é tanta: os dados de 2002 indicam que 94,7% das crianças brancas e 92,7% das negras freqüentam a escola. Mas no ensino médio a situação muda: dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, 52,4% dos brancos estão na escola, mas apenas 28,2% dos negros estudam. Enquanto as regiões Sul e Sudeste apresentam, em média, 51,5% dos jovens freqüentando o ensino médio, no Nordeste a proporção é de apenas 22,7%. Entre os sexos, as disparidades são mais visíveis também no ensino médio. As mulheres freqüentam mais a escola (44,5% diante de 35,6% de homens) - o que se explica pela necessidade dos rapazes de trabalhar. (IPEA, 20012)

Como se pode observar o Brasil ainda é cenário de grande desigualdade racial, sendo uma luta complexa e problemática quando a desigualdade que atinge principalmente o espaço escolar, também Oliveira (apud Candau, (2003, p.25), “aponta a existência de diferentes preconceitos presentes na escola, especialmente os de gênero, raça e classe social”. Considerando as diferenças sociais que abrange o sistema educacional observa-se o negro sempre em desvantagem por diversos motivos, a pesquisa realizada pelo IPEA também

demonstra o quanto as defasagens educacionais atinge a população negra, em quase todas as etapas em relação a população branca. Também pontua as formas de sobrevivência desenvolvida pela população negra, onde indica um elevado índice de pessoas negras que abandonam a escola mais cedo em busca de trabalho, e isso reflete na defasagem educacional dos negros no Brasil.

Desse modo a adoção das políticas afirmativas supõe um novo olhar sobre as possíveis relações que envolvem as populações menos favorecidas financeiramente, tais decorrências Gomes (2005) concorda que “das mais variadas formas de discriminação, a exclusão e ao alijamento, do processo produtivo, conseqüente e da vida social digna”, Conseqüentemente essa herança fruto do processo histórico no qual as pessoas de ascendência africana vêm sofrendo, a construção de ações que partissem dos interesses de pessoas preocupadas em equiparar as diferenças é o ponta pé inicial que faltava no sistema educacional brasileiro.

Confirmando a nefasta ideologia racista que acompanha a população africana do período da escravidão até o momento atual, a discriminação presente nos espaços escolares que perdura em pleno séc XXI, induz a criança travar suas potencialidades diante dos obstáculos, limitando-se a demonstrar avanços quase que invisível diante da formação da sociedade brasileira. Neste caso nova lei é uma proposta mais do que inovadora e sua implementação é desafiadora ao sistema democrático que ignora o efeito da escravidão ao mesmo tempo em que reforça a discrepância social. Dessa forma Trindade, Rocha acrescenta:

Entendemos que, para dar visibilidade a esta proposta educativa, é fundamental a participação de professores (as) na escolha, seleção, organização dos temas que podem integrar um planejamento curricular, bem como, e aqui está outro desafio, toda comunidade escolar. (TRINDADE, ROCHA, 2006, p 55).

Assim, como os autores à medida que desafiamos a sociedade a novas experiências, estamos comprometendo toda estrutura social que por muitos anos esteve alicerçada em opiniões preconceituosas ignorando a participação de grande parte da população nos avanços político social brasileiro. Nessas condições a participação coletiva dos interessados por uma nova

conscientização educacional eleva a credibilidade das propostas em acabar com as desigualdades, que afeta a visibilidade de um povo e conseqüentemente a negação de sua cultura.

As medidas estabelecidas com a nova lei determinam que os temas abordados no cotidiano escolar resgatem a história da África e sua contribuição na formação identitária positiva de muitos alunos e que por diversos motivos passa despercebido por muitos professores. Neste caso Pereira coloca que: “é necessário se dar o mesmo peso às possibilidades, e iniciativas educacionais cujo centro sejam os valores da solidariedade, da justiça, da equidade.” (Pereira *et al*, 2005, p. 40). O reconhecimento da identidade e pertencimento de um grupo resulta a integração da criança na sociedade, fazer a criança negra sentir-se realizada, quando se identifica com os conteúdos da cultura africana seu legado de competências, capacidades e valores gera um patrimônio intelectual como fonte de influências para novas oportunidades e com certeza inserindo-as no mesmo contexto escolar que as demais crianças.

Quando analisamos o histórico cultural do povo negro concluímos que por muitos anos a sociedade brasileira foi negligente com os resultados obtidos desse grupo étnico, conseqüências essas que transcende na história, onde muitas pessoas negam-se em fazer parte dela, resgatar a origem de suas raízes e valorizá-las em suas especificidades contemplando suas características posiciona-lhe como ser humano. Conforme Silva:

O universo simbólico ordena a história, estabelecendo um vínculo entre o passado e o futuro através de uma memória coletiva, que é compartilhada por todos os indivíduos e legitima os papéis na estrutura social. (SILVA, 1995, p. 32).

Impossível refletir sobre os espaços ocupados pelas pessoas de origem afrodescendente sem observar os percursos pelo qual o povo africano vem percorrendo para alcançar seu lugar de destaque na sociedade, quando reforçamos a imagem do negro sendo retratada de maneira equivocada faz a escola reconhecer que através da história da África e dos afrodescendentes surgem uma nova visão de valores culturais e definição de mundo.

Desta forma, torna-se inquestionável a urgência em socializar os conteúdos a nova realidade educacional, as novas exigências com a Lei tem assegurado o direito à informação aos alunos que diretamente estão ligados aos estereótipos produzidos para justificar a dominação racial. A essa altura a atualização da LDB torna-se importante, pois não tem como falar de um assunto que causou tantos constrangimentos sem reconhecer a dificuldade do aluno negro permanecer nesse ambiente. E ao identificar esses momentos Cavalleiro acrescenta que “tal afirmação supõe considerar a educação recebida pela criança como significada para o desenvolvimento futuro do sujeito social.” (CAVALLEIRO, 2006, p. 15). Assim como Cavalleiro a escola reconhece a ligação entre educação e sociedade e como estes dois elementos são fundamentais para a valorização da criança afrobrasileira, em muitos momentos a Lei exige um conhecimento mais esclarecido do assunto que com as novas tendências surge uma nova compreensão dos ajustes sociais, que marca o novo rumo com a educação.

## **2.2 A LDB e a Formação Continuada do Professor**

A educação brasileira nos últimos anos vem passando por várias mudanças, tornando-se um processo longo e, sobretudo desafiador para os professores que apóiam a equidade no ensino. Dessa forma, em consonância com a LDB, a formação continuada possui uma dupla preocupação. De um lado a qualidade da escolarização destinada ao educando visando à qualidade na aprendizagem escolar, e por outro lado a postura do profissional docente e sua articulação aos novos métodos de trabalho, cada vez mais exigentes na sociedade globalizada. A esse propósito Landini, Abreu acrescenta que:

à escola está destinado o preparo para a diversidade, para a auto-responsabilidade, para a solidariedade e ao, mesmo tempo, o preparo para o domínio de habilidades e competências (tais como realizar cálculos básicos, ler, escrever, comunicar-se, dominar novas linguagens tendo em vista os recursos próprios à tecnologia da informação). ( Landini, Abreu, p13, 2005)

Por essa razão a capacitação do professor propõe sucessivas adaptações com a finalidade de aperfeiçoar o ensino aprendizagem, atualmente as infinitas atividades desempenhadas pelo professor consideram que o grau de qualificação é capaz de interferir em qualquer profissão, sobre tudo a educação pela capacidade de construir novos conceitos que possam comprometer a diversidade cultural em um país, e principalmente corrigir problemática situação social de muitos alunos. Partindo desse pressuposto Pimenta (2002) colabora com o seguinte “Com isso, institui-se uma concepção de formação centrada na idéia de escola como unidade básica da mudança educativa”. Ao reconhecer o papel transformador da escola, a interação do professor é indispensável para oferecer experiências significativas à criança, até porque a escola como instituição, assegura condição para atingir a qualidade e a equidade na educação, está sendo motivada pelo processo de transformação que acompanha a sociedade.

Essa preocupação em adquirir novos conhecimentos que corrobora para o professor vivenciar a práxis educacional ao permitir a incorporação de novas metodologias, e da mesma forma reconstruir novas opiniões que cerca a escola como espaço de inserção dos novos valores que deve estar interligadas em todo momento. Hilton percebe que:

A escola é um espaço fundamental à composição da visão de mundo das pessoas, fornecendo-lhes elementos centrais à forma como elas vão ler e interagir com o mundo à sua volta. Nessa direção, a participação de professores e programas escolares é essencial, pois esses dois sujeitos da educação são substancialmente relevantes à formação da visão de mundo das pessoas. (Hilton Costa, 2012, p. 200)

Ao reconhecer, que a escola possui um papel fundamental para o desenvolvimento humano, o conhecimento formal transmitido pela escola oferece nova perspectiva da realidade vivenciada pelos professores. Conforme Hilton às mudanças na sociedade contemporânea desenvolve uma nova classe de professores mais reflexivos quanto aos programas de formação continuada.

Seguindo este raciocínio urge a necessidade da LDB destacar em seus artigos o papel do profissional ancorado na sua maneira de ver o mundo diante

da participação de outros povos. Antes de tudo, a LDB por ser a lei mais importante que representa a educação brasileira, propõe uma proposta tanto quanto inovadora, representa para o profissional da educação a possibilidade de melhoria com o ensino na construção da cidadania.

Não convém desenvolver uma pesquisa que aborde temas educacionais sem mencionar a participação de algumas alterações na LDB, pois ao ditar os critérios para se atingir uma boa educação, essas alterações nos remetem o papel do profissional e sua articulação com as propostas do ensino. A esse respeito dois aspectos chamaram atenção com relação a formação continuada, no entanto a LDB 9394/96 faz referência ao papel multiplicador designado ao profissional da educação, cujo seu caráter formador oferece condição de renovação da qualidade do ensino. Com base na lei fica estabelecido que:

Art. 61º. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Com base na LDB 9394/96, o art 61 refere-se aos fundamentos da formação dos profissionais da educação, onde o profissional deve associar as teorias e práticas como fatores importantes centrada no sucesso do aluno indiferente de suas etapas. Desta forma nenhuma prática pedagógica é capaz de exercer o desenvolvimento da pessoa sem uma interação constante como determina a lei, assim fica explícito que o aperfeiçoamento da prática deve estar em sintonia unido ao conhecimento científico, também por possuir uma bagagem cultural cada vez mais extensa e significativa, a essa altura o profissional deverá promover a construção de uma cultura voltada para o progresso educativo no Brasil.

Com esta visão a LDB reconhece que a experiência vivida pelo professor deve contribuir para uma educação mais participativa onde o aluno consiga ir além das regras estabelecidas socialmente. A esse respeito

Romanowski (2007) acrescenta que “O professor completa sua formação com conhecimento que advém da prática”. Com base nessa afirmação o papel do profissional vai muito além dos conhecimentos teóricos, à necessidade dos cursos de formação continuada propõe uma participação ativa justifica a aproximação do professor com a realidade.

Enquanto a educação formal que ocorre nos espaços escolares acelera o conhecimento científico, o mesmo ocorre sobre a prática ao ampliar a capacidade do professor identificar como as futuras exigências sociais interferem nos pilares da educação. Nesse caso Mercado (1999) acrescenta com a seguinte opinião “Torna-se imprescindível uma formação mais geral que permita ao indivíduo encontrar, ao longo de sua vida, sucessivas adaptações à uma realidade em constante mudança”. Conforme a citação a participação ativa do professor baseia-se em transferir conhecimentos centrados no aprender contínuo, tal observação sinaliza os caminhos para desenvolver um participante atento a situação do ensino aprendizagem em diferentes locais e épocas.

Sabe-se que, o conhecimento transferido às novas gerações é sem dúvida elemento propulsor na busca por diferentes alternativas, diante dos conflitos que possa ocorrer nesses espaços, fazendo com que o professor mantenha um diálogo com a nova realidade, assim o professor reconhecido como mediador deve empregar sua sabedoria e experiência em função de uma aprendizagem significativa. Segundo Junqueira:

No entanto, mesmo admitindo que a escola brasileira possa, pelo menos em parte, assumir um papel transformador, é preciso, primeiro, identificar e analisar as tramas nas quais se enreda e os limites com os quais lida a inteira estrutura escolar (dos formuladores de políticas educacionais, aos gestores, professores, estudantes e suas comunidade) no sentido de promover uma ação radicalmente inovadora (Junqueira, 2006, p.24)

Nesse momento o papel social da escola emite o dever a todas as pessoas que direta ou indiretamente possuem uma participação ativa com a educação, possam interferir no perfil de cidadãos que se pretendem formar, ao privilegiar uma organização escolar preocupada em sanar como os problemas

oriundos de um sistema conservador. Com base na citação de Junqueira a participação do professor sustenta as exigências que move a estrutura social, a iniciativa de renovação pedagógica viabiliza alcançar níveis cada vez mais elevados de conhecimento. De acordo com o art 62 da LDB, a formação acontecerá da seguinte maneira:

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Contudo o artigo 62 reconhece que a base de uma educação sólida acontece nos primeiros anos do ingresso da criança na escola, a LDB deixa claro que as universidades com cursos de licenciatura devem orientar a formação voltada para a educação básica, e assim favorecer o atendimento das crianças através da relação ativa com o meio. Mais que isto a articulação do professor é indispensável para oferecer experiências significativas à criança ao perceber que a educação básica é o primeiro degrau de uma série de etapas que elas irão percorrer para atingir as exigências sociais.

Levantando alguns pontos importantes, nota-se que as oportunidades oferecidas às crianças podem interferir em seu desenvolvimento de forma gradual no período escolar, vale destacar que o funcionamento simbólico ocorre a partir do contexto histórico e social oferecido a cada indivíduo é determinante para o desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo de maneira simultânea, deve estar interligadas entre si como eixo articulador a sociedade atual. Pimenta (2002) menciona o seguinte “Não à dúvida da necessidade e importância de se formar professores para o ensino fundamental em nível superior, preferencialmente nas universidades”. Confirmando a atuação da LDB, Pimenta reafirma o papel das universidades ao propor cursos de formação que rege a primeira fase da aprendizagem escolar para que se construa um desenvolvimento sadio de diferentes formas no aluno, assim também ao analisar o papel das universidades a necessidade de promover cursos complementares bem como programas de extensão reforça a prática docente, além de preparar o professor

para atuar de acordo com a escola do presente. Complementando com a opinião de Eliane “Assim interagindo com os outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social.” (Eliane, 2006, p.26). Assim como Eliana ao reconhecer que a responsabilidade de educar na escola, é importante para o aluno desenvolver uma atitude recíproca com o próximo, permite à criança fazer uma leitura de mundo que justifica sua participação na sociedade. A formação continuada nesse termo significa tornar os professores mais completo para acompanhar as inovações educacionais, tais observações ajudam o professor possuir autonomia para transferir o conhecimento formal, e ciente de sua responsabilidade, uma alternativa, capaz de intervir no tratamento de igualdade a todos os alunos.

Assim que a LDB 9394/96 introduziu como um do requisito a formação continuada, a superação revela-se na capacidade do professor planejar uma atuação mais competente e segura em sala de aula, ao reconhecer o potencial do aluno diferente de suas diversidades, estabelece a educação condição para se atingir a socialização do saber.

### **2.3 O Papel Social da Educação**

Como se pode observar a formação continuada dos professores visa antes de tudo formar profissionais comprometidos com a nova visão de mundo, por isso desenvolver conteúdos em especial que contemple a Lei 10.639/03, na valorização da cultura afrobrasileira é uma forma de intervenção positiva em todos os campos do saber intelectual. Desta forma Mercado (1999) colabora com o seguinte pensamento “Pois a medida que surgem novos avanços na sociedade, é preciso formação docente de qualidade frente a estas mudanças”. Com base na citação a educação, deve estar aberta ao reconhecimento das novas abordagens até porque o enfrentamento étnico-racial no Brasil, visa primeiramente superar as desigualdades existentes nos espaços escolares para atingir uma mudança significativa. A esse respeito Ferreira (apud CURY, 2002:206) destaca: “O direito a educação, nesta medida, é uma oportunidade de crescimento do cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave

de crescente estima de si” (Ferreira, 2003, p. 38). Neste sentido a formação de professores tornou-se um processo contínuo diante das exigências do mundo globalizado, essa questão exige um trabalho que privilegie a ação do estudante, na ajuda do auto-reconhecimento oferecendo-lhe nova expectativa atribuída às futuras experiências pedagógicas.

Ao destacar a implementação da lei 10.639/03 no avanço educacional é importante, lembrar a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura da África e do Brasil no Ensino Fundamental I e II, em escolas públicas e privadas desde o início da vida estudantil da criança, facilita a compreensão do contexto histórico, social, político e cultural superando as exigências que ocorre na sociedade. Contudo Lopes define que: “O aluno sempre aprende, inclusive com o que o professor faz com o outro. O professor é a figura que, na escola, legitimada pelo saber, tem a função de proporcionar conhecimentos” (Lopes, p.23). Dessa forma a postura do professor deve representar a construção de pensamentos positivos envolvendo a história da África e dos africanos, no espaço escolar para fazer o aluno negro sentir-se parte importante da sociedade. Ao refletir o papel social da escola observa-se uma junção entre a teoria e à prática que envolve o currículo do professor a partir do princípio da formação, portanto as determinações da LDB são claras quanto ao dever do professor em acompanhar o desempenho dos alunos e assim promover a responsabilidade diante dos conflitos de raça (branca e negra) que move a nova estrutura social. Até porque a formação continuada auxilia o professor no cumprimento da lei ao oferecer suporte na desconstrução do preconceito institucional.

Diante da temática que envolve os negros no Brasil logo que antecede a abolição, até o momento, a conduta do professor é indispensável para abertura de novas fontes, e todos sem exceção precisam reavaliar sua postura diante dos sucessos e fracassos que acompanha a sociedade, para a construção de uma aprendizagem mais significativa. Continuando com Ferreira: “Para mudar é preciso querer mudar ou sentir a necessidade de mudar ou, ao menos, é necessário que a mudança assuma um significado para aqueles a quem ela é proposta ou imposta” (Ferreira, 2003, p. 57). De acordo com Ferreira, reconhecer que algumas leis demandam novos critérios em relação à exigência

educacional o impacto causado na postura do profissional da educação faz presente a necessidade de reformular seus currículos com leis mais rígidas.

Percebe-se que a cultura africana possui traços marcantes, e em todos os momentos se diferenciam das demais culturas reformulando uma nova relação social. Atualmente a cultura globalizada como se pode observar exige cada vez mais do profissional da educação, ao articular suas metodologias, a implementação da lei 10.639/03, obriga-os trabalharem a cultura africana na intenção de fomentar o respeito pelas diferenças e a ignorância racial e consequentemente ampliar a qualidade do ensino. Segundo Ferreira (2003) “Cultura globalizada” significa, pois, uma poderosa imagem cultural que exige um novo nível de conceptualização de todas as inúmeras e incontáveis culturas locais”. Para compreender as diferenças culturais existente em um determinado país, os professores devem orientar e preparar os alunos sobre novos conceitos, para assim construir uma sociedade menos excludente as novas realidades, dando mais leveza ao que foi atribuído no imaginário da população brasileira durante o processo de dominação.

A cada dia percebe-se que os profissionais do ensino são cada vez mais cobrados, e essas cobranças por melhores desempenho faz a formação continuada não apenas uma medida paliativa, mas uma proposta educacional com a intenção de ajudar os professores acompanhar o desenvolvimento social. Sabe-se que os intelectuais devem estar preparados para atingir um novo modelo de sociedade, capaz por formar opinião consciente da realidade dos negros visando à convivência e compreensão da diversidade cultural e histórica do Brasil. Segundo Estela:

Por isso, consideramos que uma ação educativa, uma formação de professores e uma organização escolar terão de ser construídas a partir da análise do real e do questionamento de teorias que permitem interpretá-lo ou esclarecê-lo (Estela, p. 41, 2003)

Neste caso, a prática deve estar vinculada a teoria, pois um público exigente requer profissionais preparados, de tal forma que consigam dar significado ao processo histórico. Nessa nova conjuntura a reforma organizacional escolar requer dos professores a capacidade instigar os alunos

quanto o surgimento de novos temas. Com isso a instituição de ensino, vista como espaços de transformação, produção e divulgação de conhecimentos, sabe-se que pode interferir ao longo do processo de construção da identidade social Zainco org. contribui com a seguinte opinião:

A educação continuada tem se constituído em busca permanente dos professores, seja pelo despertar da consciência de que é preciso manter-se atualizado constantemente para poder conduzir um processo de formação com pertinência e relevância social, seja porque os desafios provocados pela pesquisa sistemática demandam estudos e reflexões constantes. (Zainco, p. 204, 2003)

A questão central esta na formação contínua do educador, até porque uma melhoria considerável em seu crescimento pessoal é identificada, capaz de desenvolver um profissional mais atento aos resultados obtidos. Neste contexto as interdições do professor são necessárias à medida que surgem assuntos relacionados a gênero, raça, cidadania, ética, etc... no calendário escolar comprovando a urgência de investigações mais complexas ao tema, para que gradativamente uma série de interpretação e significação será possível de resolvê-los com as discussões que surge no dia a dia escolar principalmente no tocante ao tratamento de questões raciais.

A esse respeito conhecer a lei 10.639/03 e os conteúdos de matriz africana, supõe alguns desafios além de levar ao resgate da identidade e auto-estima de um povo, permite discutir o tratamento herdado ao histórico cultural africano no Brasil livre de preconceitos e distorções.

Ao atender as especificidades de uma cultura milenar e rica em significados, mas que precisou de mais meio século de estudo para ser colocado em prática, e mesmo assim continua ausente de formação torna-se saliente a participação de profissionais qualificados e engajados com a temática. Hilton colabora com o seguinte: “Assim, a formação docente é passo fundamental para a construção de um novo olhar que possibilite o estabelecimento de uma nova visão sobre a história e a cultura afro-brasileira” (Hilton 2012, p. 206) Diante de tal exigência a LDB, insere a formação continuada pautada nos novos critérios institucionais, pois defende uma educação positiva a respeito das relações étnico-raciais nas escolas, onde a

informação circula com uma única finalidade promover o combate ao racismo e preconceito ao acrescentar que as ações concretas possam interferir na opinião construída a respeito da pluralidade étnica-racial. Vale à pena frisar o papel articulador do profissional para que a educação se configure em um caminho permanente na busca da identidade humana, assim direcionamos o papel do professor sendo essencial para transmitir os conteúdos não de forma fragmentada ou inacabada, mas devem estar alicerçada em novos paradigmas tolerante as relações étnica- raciais.

Em todo tempo e a cada período vivido surge novos modos de pensar interferindo nas estruturas do conhecimento, contudo a escola por ser a base na formação do caráter de muitos cidadãos transforma os saberes do professor a cada ocasião seguindo a ideologia vigente. Neste caso Ferreira acrescenta que:

Assim, a nova realidade exige qualificações cada vez mais elevadas para qualquer área profissional ou qualquer posto de serviço, tornando as necessidades educacionais das populações cada vez maiores e, por esse motivo a formação continuada uma exigência. (Ferreira pag 22, 2003)

Para Ferreira, os responsáveis em trabalhar com a educação escolar, devem estar dispostos a acompanhar as mudanças sociais caso se pretenda desmistificar as características impostas por uma sociedade racista, onde impera a opinião de uma elite dominante que exclui as pessoas por seus estereótipos físicos, delegam a educação os primeiros caminhos para que a criança desenvolva um pensamento antirracista. A esse propósito Silva (1995), acrescenta que “Os alunos, pertencentes ao grupo étnico dominante na sociedade, acreditam ser, de fato, hierarquicamente superiores às crianças de outros grupos”. Como se pode observar na opinião de Silva o poder existente de uma cultura sobre a outra determina a situação de muitos grupos étnicos em nossa sociedade, neste caso o conhecimento do profissional com outras culturas deverá transcender o conhecimento básico.

Com isso a formação continuada pressupõe uma sequência de abordagens intencionais em pleno exercício da prática profissional amparado

nas exigências sociais. A contribuição de Mercado (1999) nos faz repensar a atitude que o professor possui diante das exigências sociais “O professor tem a responsabilidade de difundir o saber no intuito de revisá-lo e ampliá-lo, democratizando-o na troca de experiência com seus alunos”. Essa compreensão além de nortear as práticas pedagógicas, consiste também em atingir a concretização do que é determinada pela respectiva Lei, por sua vez as trocas de experiências possibilitam atingir objetivos comuns, que garantam superar as dicotomias presente no aprendizado escolar e construir em seus alunos valores positivos e enriquecedores na divulgação de seus êxitos quanto a participação da população negra e a educação formal.

Ao compreender as multiculturas presente no espaço escolar, as atividades envolvendo o coletivo ampliarão a qualidade do ensino capaz de exercer uma educação anti-racista, tais observações revela que muito precisa ser feito, sobretudo o ensino da história e da cultura afro-brasileira por existir momento na história do país que esse tema era negado revelando a dificuldade encontrada pelo profissional em ministrar os conteúdos dessa disciplina nas escolas. Segundo Cruz (2005). “mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação.” Ao colocar a responsabilidade no professor em conduzir conteúdos contemplando a participação do negro percebemos a dificuldade em trabalhar com a Lei 10.639/03, pois ao trazer em seu pensamento a imagem distorcida da participação do povo afro-brasileiro, refletem conteúdos aprendidos em um período que a LDB não trazia em sua emenda a obrigatoriedade de uma lei mais eficaz.

Com a alteração da LDB a obrigatoriedade em trabalhar temas antes negados colabora para uma educação onde a postura dos professores depende de mudanças mais eficazes ao atendimento à diversidade étnico-cultural. Com a formação continuada o professor consegue articular o trabalho docente juntamente com os conteúdos aplicados em todas as etapas da educação, tornando-os mais atrativos e capazes de proporcionar o aprimoramento profissional. Contudo Mercado (1999) acrescenta que: “A formação está orientada à mudança, a ativar reaprendizagens nos sujeitos e em sua prática docente, sendo facilitadora de processos de ensino e aprendizagens dos alunos.” Assim como Mercado entendemos que o trabalho

do professor possui caráter revolucionário com a formação dos alunos, ao redimensionar conteúdos a um tema que ao longo do tempo gerou as mudanças presente em nosso meio, nesse contexto o ensino aprendizagem deve contemplar a temática desde seus primórdios na valorização da ascendência negra, assim a formação continuada oferece subsídios necessários para o professor desenvolver conteúdos que agregue valores mais humanos ao envolver a interação, socialização, na intenção de preencher as lacunas criadas na história da civilização africana. Mercado nos orienta com o seguinte:

A configuração de programas de educação para toda vida é uma necessidade urgente, na busca de um crescimento pessoal e também de redução das desigualdades sociais, sempre aproveitando todas as oportunidades oferecidas pela sociedade (Mercado, p. 39, 1999)

Nesse caso, entendemos que a escola e a sociedade possuem responsabilidades determinantes ao dar continuidade na história de um povo, gerando assim o conhecimento universal, questão importante para a conscientização das mudanças que vem ocorrendo na sociedade. Nesse sentido a urgência de programas capazes de criar opinião consistente a nova realidade depara-se com profissionais em busca de novas possibilidades onde impulsionam a busca por soluções que tendem minimizar a diferença social que atinge a população.

## **2.4 Análises de Dados**

A pesquisa que foi realizada em escolas do Ensino Fundamental I na região Metropolitana de Curitiba, o caráter qualitativo, leva em consideração a formação do profissional, a rede em que atua, e os conhecimentos básicos com a lei 10.639/03.

Contudo, foram disponibilizados vinte questionários, sendo possível a resposta de apenas dezesseis, onde os critérios foram devidamente respeitados. A pesquisa foi realizada com professores de diversas disciplinas da primeira etapa do Ensino Básico, o que ajudou na investigação quanto ao

conhecimento da Lei 10.639/03 no ambiente escolar por parte dos profissionais.

Nesse sentido, foram utilizadas análises de referenciais teóricos ligados direta e indiretamente com o tema investigado. O trabalho baseado na pesquisa qualitativa não se preocupa com dados numéricos, mas sim com a compreensão dos professores em relação ao tema e a disposição destes em colaborar para o aprofundamento da pesquisa respondendo os questionários. Segundo Horn:

É comum encontrar trabalhos que se definem como “qualitativos” simplesmente por não usar dados numéricos ou por usar técnicas consideradas qualitativas como, por exemplo, a observação. Encontramos, também, sob a denominação uma variedade imensa de tipos de pesquisas que vão desde os trabalhos descritivos até os estudos históricos, os estudos clínicos ou a pesquisa-ação. (HORN, 2004, p. 81)

Quando, utiliza-se a pesquisa de caráter qualitativo espera-se um entendimento aprofundado com as respostas descritivas, despertando maior interesse pelo pesquisador. Também foi utilizada uma análise documental para melhor compreensão dos agentes históricos que fizeram parte da formação brasileira.

Neste caso os professores respondentes participante da pesquisa serão indicados nesse estudo com números, respeitando a identidade de cada docente.

Na seguinte pergunta “**Professor (a) você tem conhecimento da Lei 10.639/03? Se sim como tomou conhecimento da Lei?**” Considerando o conhecimento do professor com a Lei 10.639/03, doze professores dizem conhecer a lei.

“*Sim. Estudando para concurso.*” (professor 5)

“*Sim através da faculdade e da mídia*” ( professor 8)

“*Sim participando de cursos e palestras*” (professor 12)

Segundo a opinião dos professores foram utilizados diferentes meios para adquirirem o conhecimento da Lei, mesmo alguns professores que não possuem o conhecimento da lei não foi impedimento para trabalhar algumas questões em sala de aula, como veremos nas próximas questões.

A pergunta: ***para saber se o professor trabalha cultura africana em sala de aula. Em que momentos?***

*“Em língua portuguesa e história” (professor 6)*

*“Nas aulas de história e geografia” (professor 12)*

Com base nas respostas, as disciplinas que utilizam a história afro-brasileira estão diretamente ligadas a Lei 10639/03. Segundo Rocha “ao alterar dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96-LDB tornou obrigatório o ensino da temática” (ROCHA *et al*, 2011, p. 32). A obrigatoriedade exige que algumas matérias contemplem esta temática, na valorização do aluno afro-brasileiro. As demais professoras não trabalham com a cultura africana por não conhecer a lei, ou por trabalhar com matérias em que o tema não está integrado.

A pergunta: ***se o professor acha importante trabalhar a cultura afro-brasileira na escola.*** Nas respostas os professores acreditam ser um momento de valorização do ser humano, todos os professores mesmo aqueles que não conhecem a lei acha que o conhecimento de outras culturas contribui para enriquecimento histórico brasileiro.

*“Sim, para que os alunos saibam que muitos dos costumes que utilizamos até hoje vem da cultura africana.” (professor 9)*

*“Com certeza, pois eles foram os primeiros imigrantes no Brasil.”(professor 7)*

Com base nas respostas, o profissional da educação acredita que a valorização cultural é um elemento significativo para transformação social, à cultura está presente em todos os momentos. Treze professores responderam que trabalham com a temática, as respostas indica que o ser humano carrega o histórico de uma nação, a conscientização é um intercambio entre os valores assimilados pelo aluno. A esse respeito Munanga acrescenta “Não há como negar que a educação é um processo amplo e complexo na construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano” (MUNANGA, 2005, p. 146). Por isso a educação sedimenta um grande valor na participação do professor em transmitir os saberes aos alunos compreendendo que a cultura oferece aos educandos interferência no reconhecimento da divergência social que impera nas relações.

Para saber se ***o professor já fez alguma capacitação sobre a temática diversidade racial?*** Nove professores responderam possuir

capacitação, os demais professores responderam que não tiveram oportunidade.

*“Sim, já fiz curso de formação” (professor 6)*

*“Sim, em palestras e nos cursos de formação para professor” (professor 11)*

Os profissionais da educação reconhecem a formação profissional um aliado nas discussões que surge em sala de aula, e assim interferir conscientizando os alunos de maneira eficaz a valorização do ser humano. Conforme Silva “A formação do professor é um dos elementos-chave na desestigmatização da imagem do negro, logo estratégias e técnicas que facilitem a abordagem do tema” (SILVA, 1995, p. 106). Neste caso a capacitação oferece aos professores subsídios para enfrentar a questão racial, nesse sentido as ações pedagógicas devem esclarecer às dúvidas relativas a participação do afro-brasileiro no crescimento social.

Estudar a trajetória do negro na sociedade e sua participação como ser humano nas transformações sociais é um grande avanço para a população africana no Brasil, portanto o Brasil sendo um país multicultural.

Ao conhecer o trajeto das lutas presenciadas pelo o negro deverá favorecer a mobilização constante dos educadores por diversos prismas. A pergunta: **Como é trabalhado a trajetória histórica do negro na sua escola?** Dos professores entrevistados, quatorze entrevistados trabalham com a história do negro conforme indica a Lei.

*“Dentro dos parâmetros curriculares da escola” (Professor 9)*

*“Dentro da disciplina de história no parâmetro curricular da escola” (professor 13).*

*“No conteúdo de história” ( professora 3)* As respostas evidenciam o proposto pela Lei 10639/03, onde os currículos devem trabalhar a história do negro em algumas disciplinas. Segundo Rocha, Trindade “As atividades propostas na área de história, por exemplo, podem sempre considerar alguns princípios que demandem uma determinada visão de mundo”. (ROCHA, TRINDADE *et al*, 2006 p. 70). Conforme os autores a elaboração do currículo escolar por meio de uma representação prática positiva juntamente com as disciplinas básicas ajudará na valorização do aluno negro, a nosso ver somente o professor que se comprometa com a temática de forma contundente, prevalecerá diante das opiniões impostas socialmente e conseqüentemente uma educação plenamente igualitária.

Contudo algumas professoras que não trabalham a trajetória do negro refletem a imagem confirmada nos documentos de pessoas desinformadas da realidade. Segundo Rocha: “Para tanto, o Estado brasileiro em 1890 determina a queima de documentos relacionados a escravidão e omite dos recenseamentos a composição étnico-racial da população”. (ROCHA *et al*, 2011, p. 38). Sabe-se que atitude dos profissionais diante da omissão de conteúdos que valorize o negro fortalece a imagem desfigurada do afrobrasileiro impedindo assim que uma parcela da população não consiga compreender, as injustiças praticadas com a população desprovida de direitos.

A questão: ***a desigualdade como fruto do preconceito e do racismo***, todos os professores responderam a questão, algumas respostas foram necessário mencionar.

*“Um dia foi, hoje é culpa do governo que é muito assistencialista e faz com que o preconceito e o racismo aumentem ”(professor 11)*

*“Acredito que o preconceito e racismo também colaborem com as diferenças socioeconômicas, muitas pessoas não tiveram oportunidade de estudar, de ter emprego, etc ”(professor 13)*

Segundo a opinião dos professores a posição do governo é um fator importante para o negro se afirmar nesse contexto social onde a supremacia branca européia determina seu valor. Nesse caso para que ocorram mudanças com a situação das pessoas afrobrasileiras no ambiente escolar questão ligadas a temática devem ser discutidas de modo mais apropriado e profundo no sentido de realizar algumas medidas de combate ao racismo. Nesse sentido Santos (apud Florestan Fernandes) contribui “e, além disso, sem capital social, ou seja, sem o conjunto de relacionamentos sociais influentes que uma família ou um indivíduo tem para sua manutenção e reprodução. (SANTOS *e al*, 2005, p. 21).

Com base na citação de Santos ainda hoje nos diferentes espaços o negro presencia situações de desconforto diante da sociedade por não possuir valores e significações determinadas pelo eurocentrismo. Assim as indiferenças que surgem principalmente nos espaços educacionais requer atitudes severas voltadas para a superação racial que certamente justifica a luta dos negros na formação da sociedade nacional, e conseguinte resgatando sua contribuição.

É importante destacar que os questionários respondidos pelas professoras contribuíram para delinear alguns pontos essenciais dessa pesquisa. Durante a análise de dados percebe-se a dificuldade de alguns professores em trabalhar a temática por não possuir uma formação específica à temática. Em muitos momentos revelaram-se confusos quanto sua atuação em sala de aula, trabalhando somente o proposto pela legislação. Muitos dos professores dizem conhecer a Lei mas não especificamente em cursos de formação nas escolas e sim por precisar do conhecimento para outros fins.

Algumas professoras concordaram que a discrepância social é resultado do processo político que exclui saberes ligados às áreas culturais e sociais de um determinado grupo, tolerante a pluralidade étnica racial. Contudo a formação continuada significa que a qualificação docente sinaliza os caminhos para se atingir o aperfeiçoamento pedagógico tolerante a pluralidade étnica racial.

Nesse sentido todos sem exceção precisam reavaliar sua postura diante de seus sucessos e fracassos, para a construção de uma aprendizagem mais significativa para o aluno.

### 3 CONSIDERAÇÃO FINAL

Considerando, a visão negativa da população brasileira em relação à participação do povo africano no desenvolvimento sócio-econômico do país, faz urgir a necessidade de incorporar a História e Cultura da África nos currículos escolares estabelecendo um diálogo entre o tema racial e os demais conteúdos trabalhados na escola a fim de promover a valorização multicultural em nosso país.

Com esse pensamento o estudo da lei 10639/03, indicou o direcionamento da pesquisa, que teve como principal objetivo verificar em algumas escolas as dificuldades para a inclusão dos conteúdos da história e cultura afro-brasileira, despertando uma atenção especial para a formação do profissional que lida com a educação básica.

Atualmente a educação básica corresponde a educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio, portanto o trabalho buscou fundamentar no fundamental I, pois professores entrevistados trabalham com essa faixa etária de aluno. A esse respeito o educar para a superação, é uma obrigação de toda sociedade, mas a escola é capaz de exercer o papel transformador na realidade vigente que acompanha a população negra.

Evidentemente ao fazer uma reflexão dos momentos de constrangimentos e perseguições vividos pela população afro-brasileira nos espaços educacionais, a pesquisa teórica complementa o embasamento do trabalho que visa destacar a real importância dos intelectuais negros e não negros na implementação da lei 10639/03. Contudo a colaboração teórica impõe a comunidade escolar refletir sobre os acervos culturais que os africanos escravizados e seus descendentes deixaram na sociedade brasileira, elementos como a historiografia, palavras, personalidades, datas significativas, etc e assim romper com a pedagogia que prioriza o modelo eurocêntrico. Assim educação brasileira fixada sobre a obrigatoriedade da Lei 10639/03 deverá oferecer conteúdos que agregue a participação coletiva dos interessados em promover o desenvolvimento social.

Posteriormente o presente texto investiga a formação do profissional da educação, seu conhecimento com a lei 10.639/03, sua didática com os conteúdos aplicados em sala de aula a fim de devolver no aluno negro o direito

de ser cidadão em uma sociedade preconceituosa e racista, delega à escola a responsabilidade de instruir os afrodescendentes na superação da desigualdade em que estão inseridos.

Portanto as injustiças cometidas com a população negra não os impediram de lutar por melhorias, as incansáveis batalhas para conseguir reconhecimento social está presente em todos os momentos da história, e assim as mudanças nos espaços educacionais confirma que a passividade do negro esteve presente apenas na história.

Neste sentido, é de total relevância uma mudança na postura do profissional, pois como foi observada em todo o trabalho acadêmico, a desigualdade ainda prevalece por falta de conhecimento, a pesquisa elaborada para saber se os profissionais possuem conhecimento da lei esbarra na resistência em questionar assuntos relacionados aos negros e afrodescendentes em sala de aula. Assim, o trabalho demonstra a importância da conquista da Lei 10.639/03 para o conjunto da sociedade brasileira, mas ao mesmo tempo, indica que há a necessidade de fortalecimento de políticas curriculares e de políticas substantivas de formação dos professores para que seja garantida a efetividade da nova legislação em todos os sistemas de ensino do país, afim de o espaço escolar se configure como um espaço de valorização identitária e de combate aos preconceitos ainda muito presentes na realidade brasileira.

#### 4-REFERENCIA

BRASIL. **Educação africanidades Brasil**, MEC/SECAD, Brasília, 2006

BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**, MEC/SECAD, Brasília, 2005

BRASIL. **História da educação do negro e outras histórias/org.** MEC/SECAD, Brasília, 2005

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília: MEC/SECAD, 2006

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**.Brasília, 2003.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**, 5º Ed, São Paulo, S P, Contexto, 2006

Landini, R. S. Abreu, Moura B. C. Formação de professores e profissionalidade docente no quadro da mundialização do capital **Revista Chão da Escola**, SISMAC, nº 4, out 2005

Ferreira, N S C.(org) **FORMAÇÃO CONTINUADA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**, 2003, Editora Cortez, São Paulo

Mercado, L,P L; **FOMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E NOVAS TECNOLOGIAS** 1999, editora ufal, Maceió – Al

GOMES, Nilma Lino. **Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico cultural** in: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Autentica, Belo Horizonte, 2003.

HORN, B.G. **Metodologia da Pesquisa**, Curitiba, Ctba, IESD, BRASIL 2004

MARIANA QUEEN. 9 Passos para o ensino da história negra nas escolas <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/ensino-afro-brasileiro-624159.shtml> > Acesso em: 13 out. 2012

MAYSA, P. CLARISSA, F. Metas do milênio -Educação escola e aprendizagem [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=888:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=888:reportagens-materias&Itemid=39) > Acesso em: 13 de out. 2012

[http://200.17.141.110/periodicos/revista\\_forum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IND\\_9/FORUM\\_V9\\_02.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_9/FORUM_V9_02.pdf) data 02/10/2013 às 10:55 Jeane de Cassia

Nascimento Santos – UFS

<http://www.slideshare.net/chriscampos777/formao-continuada-em-servio-um-estudo-sobre-o-projeto-sala-de-professor> 16/10/2013 as 11:00

MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**, 2º ed revisada, Brasília: MEC/SECAD, 2005.

PALADINO, M; AMORIM, C. **Cultura e literatura africana e indígena**, 1º Ed, Curitiba, Ciba, iesde Brasil S.A, 2010

PIMENTA, G.S.(org.) **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**, Ed, Cortez, São Paulo, SP 2002

PIMENTA, S.G. **O Estágio na Formação de Professores Unidade Teoria e Prática?**Ed Cortez 7ªedição, processos, teorias,e contextos,São Paulo, SP, 2006

SILVEIRA, N.R; NUNES,L.B.I.A. **Psicologia Da Aprendizagem processos, teorias,e contextos**, Liber Livro, Brasília DF, 2009

ROMANOWSKI, P.J. **Formação e Profissionalização docente**, Curitiba, PR, Ibpex, 2007

SILVA, B.V.P; COSTA, H. (org.); **Notas de história e cultura afro-brasileira**, 2º Ed,Ponta Grossa, PG, UEPG, 2011

SOUZA, F, B ,F. O Racismo à flor da pele: mito da “Democracia Racial” **Revista Chão da Escola**, SISMAC, nº 6, out 2007

VICHESSI, Beatriz. “Para as crianças. O cinema é uma possibilidade de experimentar a vida”. **Revista Nova Escola**. São Paulo, Abril,ano XXVII, n 35-38, SET 2012.

**ANEXO**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Prezado professor (a) sou aluna do Curso de Especialização do Estudo das Relações Étnico e Racial afrobrasileira na Universidade Federal do Paraná e venho através deste questionário, solicitar ajuda para dar andamento no meu Trabalho de Conclusão de Curso?

1) Formação: \_\_\_\_\_

2) Quantos anos você possui de formação:

3) Em que rede você atua?

( ) Pública ( ) Privada

Se a resposta for pública ( ) Municipal ( ) Estadual

4) Em que turma leciona? \_\_\_\_\_

5) Professor (a) você tem conhecimento da lei 10.639? Se sim como você tomou conhecimento da lei?

6) Professor (a) você trabalha a cultura africana em sala de aula? Em que momentos?

7) Professor (a) você acha importante trabalhar a cultura afrobrasileira na escola por que?

8) Professor você já fez alguma capacitação (formação continuada) sobre a temática diversidade racial?

9) Como é trabalhado a trajetória histórica do negro na sua escola?

10) Professor você acredita que a situação de desigualdade presente no Brasil é fruto do preconceito e racismo? Porque?